



10/11/2017 18:53 - Por mês, 19 mil toneladas de lixo são jogadas a céu aberto em Porto Velho



Cerca de 19 mil toneladas de lixo domiciliar estão sendo jogadas mensalmente a céu aberto no lixão de Porto Velho. Com mais de 500 mil moradores, a capital rondoniense não possui um local adequado para o descarte dos resíduos, como um aterro sanitário e, por isso, todo material é levado para o 'Lixão da Vila Princesa', na BR-364.

Além de atrair animais como urubus e roedores, o descarte incorreto ameaça e afeta diretamente o meio ambiente. O prazo determinado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é que as cidades brasileiras substituam os lixões por aterros sanitários até o dia 31 de julho de 2018, mas a prefeitura planeja pedir prorrogação da data limite.

A Vila Princesa é composta por 380 famílias e 90% delas trabalham direta ou indiretamente com o lixo reciclável, conforme Toni Santos, um dos representantes da cooperativa que funciona no local.

"Trabalho aqui há mais de 20 anos e criei toda a minha família com o trabalho da coleta seletiva. O que é lixo para muitas pessoas, aqui é transformado em dinheiro", diz.

Diariamente, mais de 400 toneladas de resíduo domiciliar vão parar no lixão da Vila Princesa. Na luta por espaço, catadores realizam o trabalho de separação de matérias para a coleta entre os demais resíduos.

"Quando o caminhão chega já tem catador esperando a vez para começar a separar o lixo. Temos que ser rápidos", fala uma das catadoras.

Cooperativa de catadores

Mensalmente, na cooperativa existente no lixão, há um capital de giro de cerca de R\$ 60 mil.

O presidente Toni Santos explica que não é todo o material que vai para o lixão que serve para comercialização. "Hoje a cooperativa trabalha só com plástico. É o que atende em grande quantidade e também a forma como a gente consegue manter essas famílias que trabalham aqui", afirma.

Toni explica que o material separado na cooperativa é comercializado também fora do estado.

Além disso, os próprios compradores, que são donos ou estão ligados diretamente às empresas, possuem equipes que cuidam do produto até o resultado final da reciclagem. "Eles é quem fazem o processo de lavagem, depois transformam o plástico em grãozinho para no fim, fazer deles mangueira e outros materiais", explica.

Com a criação da cooperativa, Toni conta que houve uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores locais. "O trabalho no lixão é desumano! Com a instalação da cooperativa houve a melhora na qualidade de vida e também na renda. Não se ganha muito, mas há dignidade no salário", comenta.

Coleta de lixo

Segundo José Alexis, gerente comercial da Marquise, empresa que faz a coleta do lixo há 26 anos na capital, cada habitante produz cerca de 1 quilo de resíduo domiciliar.

"Todo o lixo que é produzido pela população vai para o lixão. Se cada habitante, que produz em média 1 kg de resíduo domiciliar, tiver a consciência da separação dos materiais da forma correta, ele oferecerá uma qualidade de vida para os catadores que trabalham lá, pois a coleta iniciada dentro de casa facilita na hora de eles fazerem a separação do lixo", diz.

Sobre a coleta seletiva realizada pelos caminhões da Marquise, Alexis explica que apenas uma parte da equipe é que trabalha diretamente com a coleta seletiva.

"Diariamente nossos caminhões recolhem 330 toneladas de lixo domiciliar. Apenas duas equipes fazem a coleta seletiva. Coletamos em torno de 60 toneladas por mês, é menos de 1%. Mas é o que está em nosso contrato. A população tem aderido a ideia, mas ainda é muito pequena a questão da coleta", explica.

Impacto ambiental

O geólogo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), José Trajano, é quem acompanha a questão do lixão da Vila Princesa e explica o que acontece no território onde ele está instalado.

"O aterro sanitário está enquadrado nas atividades altamente poluidoras. Os lixões têm um grande impacto no meio ambiente porque são depositados lixos a céu aberto e não há tratamento nenhum. Com isso, o lixo gera o chorume que contamina o lençol freático da região onde está sendo depositado os resíduos. O Ministério Público tem feito ações efetivas para acabar com esses lixões a céu aberto", explica.

Prorrogação do aterro sanitário

Dia 31 de julho de 2018 é o prazo determinado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para que as cidades brasileiras substituam os lixões por aterros sanitário. O aterro sanitário constitui em alternar entre lixo e terra, para evitar o mal cheiro e proliferação de bicho.

Quanto ao prazo para a construção do aterro em Porto Velho, o representante da Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos (Semusb), Wellen Preste, conta que será necessário pedir um prazo maior.

"O prazo estimado é para daqui uns dois anos começar a trabalhar com o aterro sanitário. Acredito que pela Procuradoria Geral e de outros órgãos, vamos tentar uma prorrogação desse prazo, até porque não é só Porto Velho que está com esse problema", explica.

Fonte: Jheniffer Núbia - G1 RO